

SAMS- pedido intervenção do Primeiro-Ministro

5 Maio, 2020



Na ausência de respostas do SBSI e dos Ministérios da Saúde e do Trabalho as estruturas representativas dos trabalhadores recorrem ao Primeiro-Ministro.

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) – agora designado **Mais Sindicato**, gestor dos Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) do Sul e Ilhas, determinou em 20 de março, o encerramento de todos os serviços clínicos e administrativos e informou os cerca de 1500 trabalhadores a suspensão dos contratos de trabalho, em *Lay-Off*.

Com esta decisão, a Direcção do SBSI/Mais Sindicato encerrou o Centro Clínico e o hospital, em Lisboa e todas as clínicas e serviços do SBSI/SAMS, nos distritos de Lisboa, Santarém, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Beja, Faro e nas regiões autónomas, dos Açores e da Madeira e comunicou aos trabalhadores do SBSI/SAMS Sul e Ilhas que estavam com o “...contrato de trabalho suspenso, em regime de *Lay-Off*...”, “...previsivelmente, até 5 de maio de 2020” **ou seja, até hoje!**

Perante esta comunicação, a Comissão de Trabalhadores (CT) e os Sindicatos representativos dos trabalhadores, que nunca foram auscultados, pediram esclarecimentos aos responsáveis institucionais e deram conhecimento da situação, à Ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social; à Ministra da Saúde e à Inspector-Geral do Trabalho.

Até à data não foi apresentada pelo SBSI/SAMS qualquer proposta nem esclarecimentos quanto ao funcionamento dos serviços e aos concretos termos do *Lay-Off*. Também, porque não há qualquer informação ou

conhecimento de intervenção por parte das responsáveis governamentais e da ACT, os representantes dos trabalhadores decidiram recorrer ao Primeiro-Ministro, solicitando a sua urgente intervenção.

Neste pedido reportaram a apreensão e drama que está a ser vivida pelos trabalhadores face ao corte salarial que lhes foi imposto, à incerteza quanto à evolução da situação e à retoma dos seus postos de trabalho.

Ainda, a situação dos cerca de 100 mil beneficiários e utentes dos SAMS que se viram privados dos seus profissionais de saúde, do acesso aos seus processos clínicos, às consultas, aos exames, aos tratamentos e vacinações, que eram exclusivamente prestados pelos Serviços Clínicos dos SAMS, para os quais continuam a descontar mensalmente, através das suas entidades patronais bancárias, dos seus salários e das suas reformas.

Os Sindicatos e a CT informaram o Primeiro-Ministro, que os trabalhadores e designadamente, os cerca de 1200 profissionais de saúde, se mantêm e sempre se mantiveram disponíveis para exercer e prestar os cuidados de saúde e que não entendem a decisão do SBSI/Mais Sindicato/SAMS, que lhes cortou os salários que já está a custar centenas de milhares de euros mensais, ao erário público, devido às comparticipações da Segurança Social, no âmbito do *Lay-Off*.

Em síntese, do Primeiro-Ministro espera-se a solução do problema desencadeado pelos dirigentes do SBSI/SAMS. O seu arrastamento terá como consequência continuar a penalizar os beneficiários/utentes, os trabalhadores, a Segurança Social e o Serviço Nacional de Saúde, onde a generalidade dos utentes dos SAMS têm recorrido.

P' los Sindicatos / P'la Comissão de Trabalhadores do SBSI/SAMS Sul e Ilhas

Sindicato dos Enfermeiros Portugueses
Sindicato dos Trabalhadores do Comercio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP)
Sindicato Médicos da Zona Sul (SMZS)
Sindicato Nacional Técnicos Superiores de Saúde (STSS)
Sindicato Nacional Profissionais Farmácia e Paramédicos (SIFAP)
Sindicato Fisioterapeutas Portugueses (SFP)
Comissão de Trabalhadores do SBSI